



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE ALAGOAS -**  
**CREA/AL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº. 2275716/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

**CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE**  
**ALAGOAS – CREA-AL**

**UASG: 389419**

**OBJETO:** Aquisição de equipamentos de informática para a Gerência de Tecnologia de Informação deste Crea-AL, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 270.859,71 (duzentos e setenta mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 09 DE JUNHO DE 2026

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE**  
**ALAGOAS**

**CREA/AL – UASG 389419**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº. 2284368/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Alagoas-CREA/AL, situado à Rua Osvaldo Sarmiento, 22, Farol, Maceió/AL, CEP 57.051-510, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO E FECHADO, regido pela Lei 14.133/2021, 123/2006, 9.784/99. O Pregão Eletrônico será conduzido por funcionário integrante do quadro deste Conselho, denominado (a) Pregoeiro(a), auxiliado por membros da equipe de apoio, previamente credenciados no sistema “COMPRASNET”, constante na página eletrônica [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), em cujo monitoramento e inserção de dados gerados ou transferidos, utilizarão os recursos de segurança: criptografia e autenticação. Os participantes deste Pregão terão como referencial de tempo obrigatoriamente o horário de Brasília/DF.

**1. DO OBJETO**

**1.1** Aquisição de equipamentos de informática para a Gerência de Tecnologia de Informação deste Crea-AL, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	GLOBAL ESTIMADO
1	COMPUTADORES	7	R\$ 17.544,45	R\$ 122.811,15
2	MONITORES	8	R\$ 778,33	R\$ 6.226,61
3	KIT CÂMERAS PTZ	4	R\$ 31.055,00	R\$ 124.220,00
4	NOBREAK	4	R\$ 2.507,79	R\$ 10.031,15
5	MESA DE SOM DIGITAL	2	R\$ 3.785,38	R\$ 7.570,76
TOTAL ESTIMADO				R\$ 270.859,71

**1.2** As especificações completas do objeto são as contidas no Item 3.0 do Termo de Referência.

**2. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DO CERTAME**

**2.1** A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, de acordo com o disposto na Lei 14.133/2021, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

**LOCAL:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**DATA:** Dia 09 de Junho de 2026

**HORÁRIO:** 10h - Horário de Brasília/DF

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data e horário marcados, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

**2.2** Nos casos de indisponibilidade de acesso do(a) Pregoeiro(a) à sala de disputa de lances, no sistema “COMPRASNET”, que impeça o início da disputa até às 12h será aplicada a regra do subitem anterior.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1** Poderão participar deste pregão as empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto deste edital, credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e que atendam às condições de habilitação previstas neste edital.

**3.1.1** Licitantes não credenciados no SICAF e que tiverem interesse em participar deste pregão deverão providenciar o seu credenciamento na forma da Instrução Normativa SEGES/MP nº. 3, de 26 de abril de 2018.

**3.2** Como requisito para participação do Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

**3.3** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não se responsabilizando o CREA/AL por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema.

**3.4** Não poderão participar desta licitação empresas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

- a) empresas que estejam suspensas de participar de licitação com este CREA/AL, conforme disposto no art. 14, III da Lei 14.133/2021;
- b) empresas que sejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto no art. 14, Parágrafo 5º da Lei 14.133/2021;
- c) empresas com falência decretada ou em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo regramento consignado em subitens específicos abaixo;
- d) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição; e
- e) quaisquer interessados que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº. 14.133, de 2021.

**3.5** A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar da licitação com apresentação positiva de certidão de recuperação judicial ou extrajudicial e apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

**3.6** A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos neste Edital.

### **4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1** O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, conforme Art. 79º, da Lei 14.133/2021, sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**4.2** As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao sistema para participarem do certame.

**4.3** O credenciamento da licitante, bem como sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no SICAF.

**4.4** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**4.5** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CREA/AL, promotor da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## **5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO**

**5.1** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, registrados em Ata e no sistema eletrônico ComprasGov.

**5.2** Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.3** A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços, que ocorrerá a partir do dia 26/05/2026 até às 9:59h do dia 09/06/2026.

**5.3.1** Posteriormente, após a fase de lances, os licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação, conforme Art. 17, da Lei 14.133/2021.

**5.4** O registro da proposta no sistema “COMPRASNET” compreende o registro do valor total GLOBAL da proposta em campo próprio.

**5.5** A(s) Proposta(s) de Preços da(s) licitante(s) vencedora(s) contendo os elementos exigidos neste edital deverá ser formulada e enviada eletronicamente, através da inserção de anexo no sistema “COMPRASNET”, atualizada em conformidade com os lances eventualmente ofertados, no prazo consignado pelo(a) Pregoeiro(a) no sistema.

**5.6** A(s) proposta(s) ajustada(s) deverá(ao) ser enviada (s)eletronicamente no prazo estabelecido pelo Pregoeiro em chat do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

**5.7** Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**5.8** Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico que:

- cumprir plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório;
- cumprir, se for o caso, os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123, de 2006;
- inexistir fato impeditivo à sua habilitação, bem como se obriga a declarar fato impeditivo superveniente;

d) não utiliza indevidamente mão de obra de menores, conforme disposto no art. 14, inc. VI, da Lei nº. 14.133, de 2021;

e) declara Elaboração Independente de Proposta.

**5.8.1** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação de regência.

## **6. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**6.1** A partir do horário previsto no item 5.3 deste edital, horário limite para o envio das propostas, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação das propostas de preços, recebidas pelo site já indicado no preâmbulo, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**6.1.1** Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, via sistema “COMPRASNET”, o licitante corrobora que os seus serviços atendem a todas as especificações constantes neste edital.

**6.1.1.1** Havendo divergência entre as especificações técnicas constantes neste EDITAL, seus ANEXOS e aquelas constantes no Catálogo de Serviços (CATSER) e/ou Catálogo de Materiais (CATMAT), do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), deverão prevalecer as especificações do EDITAL, com fundamento no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (art. 5º da Lei 14.133/2021).

**6.1.2** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

**6.1.2.1** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

**6.1.3** Classificadas as propostas, o pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**6.1.3.1** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

**6.2** Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema pelo próprio licitante.

**6.3** Caso ocorra a apresentação de dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.4** No decorrer da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

**6.5** O modo de disputa do presente certame será aberto e fechado.

**6.5.1** A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. Encerrado este prazo o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances, e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção dos lances será automaticamente encerrada.

**6.5.2** Encerrado o tempo aleatório citado no item acima, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.5.3** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três,



poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**6.5.4** Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.5.2 e 6.5.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**6.5.5** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.5.2 e 6.5.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que também será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.5.4.

**6.5.6** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.5.5.

**6.6** Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.6.1** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.7** Após encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) verificará se ocorreu empate, nos termos dos artigos 44 e 45 do Estatuto da Micro e Pequena Empresa, a Lei Complementar nº 123/2006.

**6.7.1** Considerar-se-ão empatados todos os lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais bem classificado.

**6.7.2** Não ocorrerá empate quando o melhor lance tiver sido apresentado por empresa que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte.

**6.8** Ocorrendo empate nos termos do disposto no item 6.7, proceder-se-á da seguinte forma:

a) O(A) Pregoeiro(a), verificando a existência de empresa(s) enquadrada(s) no artigo 3º da LC 123/2006, no intervalo citado no item 6.7.1, convocará, no sistema “COMPRASNET”, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para apresentação de proposta de preço inferior à primeira classificada;

b) A convocação deverá ser atendida no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, através do sistema eletrônico, e havendo a apresentação de preço inferior pela mesma, essa passará à condição de primeira classificada no certame, não importando a realização de nova etapa de lances;

c) Não ocorrendo o interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma das alíneas “a” e “b” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 6.7 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

d) No caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 6.7.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência, através da apresentação de melhor oferta.

**6.9** Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 6.8 deste edital, voltará à condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.

**6.10** Havendo empate das propostas apresentadas, exclusivamente nos casos em que não haja o envio de lances após o início da fase competitiva, haverá a aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas

**6.11** Após a identificação do licitante mais bem classificado na fase de lances, o(a) pregoeiro(a) registrará solicitação para que seja procedida a remessa da proposta ajustada na forma estatuída nos subitens 5.6 deste edital, para que este possa decidir acerca da aceitabilidade da proposta.

**6.12** Todos os licitantes convocados deverão obedecer ao estatuído nos subitens 5.5 e 5.6, sob pena de desclassificação.

**6.13** O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

**6.14** Encerrada a etapa de aceitação da(s) proposta(s), o pregoeiro(a) verificará o atendimento das exigências habilitatórias.

**6.15** Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, aplicando a regra do item deste edital, se for o caso, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

**6.16** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos.

**6.17** Somente haverá a necessidade do encaminhamento da proposta mencionada no item 5.5 através de documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

**6.17.1** O envio da proposta e da documentação de habilitação, em original ou cópia, caso seja solicitado, deverá ser realizado em envelope lacrado, contendo no frontispício os seguintes dizeres:

**Ao CREA/AL  
PREGOEIRO(A)  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90007/2026  
PROCESSO Nº. 2284368/2026**

**6.18** A proposta de preços deverá ser formulada levando-se em consideração este Edital e seus anexos, em especial as regras contidas nos itens 5 e 6 do Termo de Referência, Anexo I do edital, e seu envio pressupõe o conhecimento e aceitação de todas as condições contidas neste edital e seus anexos.

## **7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**7.1** O critério de julgamento será o legalmente previsto para licitações do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**7.1.1** No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora a licitante que, obedecidas às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**7.2** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) consignarem preços simbólicos, irrisórios ou tenham sido formuladas em desacordo com os requisitos estabelecidos no edital.
- b) sejam omissas, vagas, imprecisas ou que apresentem irregularidade capaz de dificultar o julgamento pelo pregoeiro.

- c) apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis;
- d) não atendam as demais exigências previstas no Edital.

**7.3** Os erros, equívocos e omissões existentes na formulação da proposta serão de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, em caso de classificação, e em função daqueles eximir-se da execução do objeto da presente licitação.

**7.4** Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver formulado, das condições habilitatórias, observando-se as condições contidas no item 8 deste edital:

- a) com base no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e documentação complementar exigida no edital; ou
- b) no caso dos não cadastrados, da documentação exigida no edital.

**7.5** Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será(ão) declarado(s) o(s) proponente(s) vencedor(es), sendo a adjudicação do objeto definido neste edital e seus anexos efetuada pelo menor preço por item.

**7.6** Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital e seus anexos.

**7.7** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, na qual serão registradas as ocorrências relevantes.

**7.8** Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

**7.9** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.

**7.10** O(A) pregoeiro(a), na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação, sob pena de desclassificação da oferta.

**7.11** Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou ele tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

**7.12** Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da lavratura do instrumento contratual, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.

**7.12.1** Caso o convocado não possa ser contratado este procedimento será repetido, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos subitens 6.11 e 6.15.

**7.13** Se o licitante vencedor se recusar a firmar contrato, injustificadamente, e consequentemente não cumprir as obrigações contraídas será aplicada a regra estabelecida no subitem anterior, além das sanções prescritas neste instrumento convocatório.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

**8.1** A habilitação das licitantes será verificada observadas as regras contidas no item 6 do Anexo I – de Referência, sendo por meio do SICAF.

**8.2** No caso dos documentos exigidos para habilitação não contemplados no SICAF, os proponentes deverão fazer o envio destes por meio do sistema eletrônico utilizado para o manejo do presente pregão eletrônico.



**8.2.1** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

**8.2.2** A proponente também deverá apresentar a planilha de dados para pagamento e realização de outros atos necessários, nos moldes do Anexo II do Edital;

**8.2.3** Caso a proponente não apresente o quadro citado acima não acarretará a sua inabilitação, mas será realizada diligência para o atendimento desta regra.

**8.3** Para comprovação da habilitação serão exigidos os documentos relacionados no item 6 do Termo de Referência – Anexo I do edital.

**8.4** A documentação deverá:

- a) Estar em nome da licitante;
- b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, o pregoeiro considerará como prazo de validade o de 60 (sessenta) dias, contados da data de expedição do respectivo documento, exceto a Certidão a Certidão Negativa de Débitos atinente à Contribuição Previdenciária e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ambas com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com o art. 2º, do Decreto nº. 6.106/2007;
- c) Referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz. Tal dispositivo não é válido para a Certidão Negativa de Débitos atinente à Contribuição Previdenciária, para a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e para a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**8.5** As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

**8.6** Os documentos de habilitação exigidos acima deverão ser enviados eletronicamente, através da inserção de anexo no sistema “COMPRASGOVERNAMENTAIS”, no prazo fixado pelo Pregoeiro, a contar da convocação.

**8.6.1** Somente haverá a necessidade do encaminhamento da documentação de habilitação através dos documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, no prazo consignado pelo pregoeiro em sessão pública.

**8.6.2** Os documentos deverão ser entregues ao CREA/AL na forma definida no item 6.17.1.

**8.7** Os documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos terão sua validade verificada, via internet, no momento da fase de habilitação, ficando estabelecido que havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda, observado o disciplinamento constante no item 8.8.

**8.8** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for convocado pelo pregoeiro para o saneamento da documentação apresentada com restrições, prorrogáveis por igual período a critério do CREA/AL.

**8.9** A não regularização da documentação fiscal, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao CREA/AL convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**8.10** A prerrogativa regulamentada no item 8.8 não desobriga as microempresas e/ou empresas de pequeno porte da apresentação dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, os quais deverão ser apresentados mesmo que com restrições, sob pena de inabilitação.

**8.11** Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão nº. 1.793/2011-Plenário, como condição habilitatória, serão realizadas as seguintes consultas:

**8.11.1** Aos registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (Portal da Transparência – [www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br));

**8.11.2** Aos registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis Por Ato de Improbidade Administrativa (Portal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)).

**8.11.3** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)):

**8.11.3.1** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

## **9. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS**

**9.1** Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada como limite para apresentação das propostas, fixada no item 5.3, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

**9.1.1** A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos, conforme previsto no Artigo 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

**9.1.2** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**9.1.3** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até o último dia útil anterior à data fixada como limite para apresentação das propostas, item 5.3, exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o seguinte e-mail: [cpl@crea-al.org.br](mailto:cpl@crea-al.org.br) (Pregoeiro), de acordo com o Artigo 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

**9.2** A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará a plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

**9.3** Dos atos do(a) pregoeiro(a) neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões e contrarrazões. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, nos formulários próprios, conforme Lei 14.133/2021, artigo 165.

**9.4** O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**9.5** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.6** Após apreciação do recurso o(a) pregoeiro(a) submetê-lo-á, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da adjudicação e homologação do procedimento.

**9.7** Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no CREA/AL.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO**

**10.1** A adjudicação, em favor da licitante vencedora, será feita pelo(a) pregoeiro(a) no final da sessão e registrada em ata, após enviado o arquivo contendo a documentação e a nova proposta adequada ao valor dos lances ofertados. Em caso de recurso, a adjudicação será procedida pela autoridade mencionada no item 11 deste edital.

**10.2** Após a adjudicação realizada pelo Pregoeiro, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente, para fins de homologação.

## **11. DA HOMOLOGAÇÃO**

**11.1** A homologação da adjudicação do objeto ao licitante vencedor, nesta licitação, será feita pela Presidente do Crea/AL, ou quem a estiver substituindo em caso de ausência, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

## **12. DA DESPESA**

**12.1** As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários disponibilizados para este CREA na conta contábil:

a. 6.2.2.1.1.02.01.03.006 – Equipamentos de processamento de dados;

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1** A contratada deverá cumprir todos os requisitos deste edital e seus anexos em especial os contidos nos itens 3 e 8 do Termo de Referência – Anexo I.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**14.1** De acordo com o item 8 do Termo de Referência – Anexo I.

## **15. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**15.1** De acordo com o item 5 do Termo de Referência – Anexo I.

## **16. DO REAJUSTE**

**16.1** Os preços contratados não poderão ser reajustados e/ou repactuados conforme as regras estabelecidas no item 6.38 do Termo de Referência – Anexo I.

## **17. DO PAGAMENTO**

**17.1** Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal, observadas as condições estatuídas no item 6 do Termo de Referência – Anexo I.

**17.2** O pagamento do presente contrato estará condicionado ao fiel cumprimento das exigências contidas no item 6 do Termo de Referência – Anexo I.

## **18. DO CONTRATO**

**18.1** Após a homologação da licitação a Adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**18.2** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

**18.3** Antes da assinatura do Contrato, a contratante realizará consulta “on line” ao SICAF, cujo resultado será anexado aos autos do processo.

**18.4** Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato, poderá

ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**18.5** A Contratada ficará obrigada a aceitar, desde que nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**18.6** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão superar o limite legal de 25%.

**18.7** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

**18.8** A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**18.9** Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, e por seus auxiliares, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

## **19. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

**19.1** De acordo com o item 12 do Termo de Referência – Anexo I.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1** Na eventual ocorrência de inadimplemento contratual aplicar-se-á as penalidades na forma estatuída no item 16 do Termo de Referência – Anexo I deste edital.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1** A participação nesta licitação implica a plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

**21.2** O CREA/AL se reserva o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme Artigo 71, inciso II, da Lei 14.133/2021.

**21.3** A(s) licitante(s) fica obrigado a manter, durante a vigência do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

**21.4** Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos no horário de 08:00hs às 16:00hs, de segunda a sexta-feira, na sede do Crea/AL, situada na Rua Osvaldo Sarmiento, 22, Farol, Maceió-Alagoas, nesta capital ou através **do e-mail: [cpl@crea-al.org.br](mailto:cpl@crea-al.org.br) (CPL)**.

**21.5** Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pelo pregoeiro, conforme regramento contido na Lei 14.133/2021, 123/2006, 9.784/99 e suas alterações.

**21.6** É competente o foro do Juízo Federal da Seção Judiciária em Alagoas para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

**21.7** Nesta data passa a constar o mesmo informativo deste edital no site oficial deste Regional: [www.crea-al.org.br](http://www.crea-al.org.br).

- 21.8** Integram este Edital:  
**21.9** Anexo I – Termo de Referência;  
**21.10** Anexo II – Planilha de Dados para pagamentos;  
**21.11** Anexo III – Minuta Contratual

**Maceió, 28 de Abril de 2026.**

**Engenheira Civil Rosa Maria Barros Tenório**  
**Presidente do CREA-AL**



## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2268413/2024

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

O objetivo deste Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos de transmissão, destinados à modernização e adequação tecnológica do auditório e da plenária do CREA/AL, bem como o fornecimento de computadores do tipo desktop, visando atender às necessidades operacionais do Conselho.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Considerando que esta assessoria de comunicação trabalha com diversos programas que exigem um desempenho alto dos computadores e os atuais estão deixando a desejar no desempenho, obtendo avisos constantes de memória insuficiente e o armazenamento em SSD dos atuais computadores do setor de comunicação é de apenas 256 GB, sendo insuficiente para as atividades executadas diariamente. Ademais, o plenário está sem computador para utilização e o computador que estava em uso apresentou problema na placa mãe. Tem – se a necessidade de um computador fixo para as transmissões no plenário evitando assim o ajuste constante do cabeamento da sala de controle. A atualização tecnológica se faz necessária para que o regional possa operar com equipamentos modernos, com configurações adequadas aos softwares e sistemas utilizados, garantindo segurança, estabilidade e agilidade nas operações diárias.

O CREA Alagoas realiza regularmente eventos, reuniões e sessões plenárias que exigem uma transmissão audiovisual de alta qualidade para garantir a transparência, eficiência e alcance das suas atividades. Atualmente, os equipamentos de transmissão encontram-se desatualizados, apresentando limitações técnicas que comprometem a qualidade do áudio, vídeo e a confiabilidade do sistema.

A modernização dos equipamentos de transmissão torna-se imprescindível para:

- Melhorar a qualidade da captação e transmissão audiovisual: Câmeras PTZ (Pan-Tilt-Zoom) possibilitam controle remoto eficiente, maior precisão no enquadramento e cobertura completa do ambiente, facilitando a captura de imagens profissionais com movimentação ágil e silenciosa.
- Garantir qualidade sonora profissional: A adoção de mesas de som digitais com 12 canais permite controle refinado do áudio, com ajustes em tempo real, equalização, compressão e integração direta com softwares de streaming e gravação (OBS Studio, vMix, Zoom, Teams etc.), essencial para ambientes com múltiplas fontes sonoras.
- Atender às demandas atuais de edição e transmissão: Computadores equipados com processadores i7/Ryzen 7 ou superiores, memória RAM mínima de 32 GB, GPU dedicada e SSD de 1TB proporcionam o desempenho necessário para processamento de vídeo ao vivo, edição e gerenciamento simultâneo dos conteúdos audiovisuais.

- Assegurar continuidade operacional: Nobreaks com capacidade adequada garantem proteção contra quedas e oscilações de energia, prevenindo interrupções durante eventos importantes e protegendo os equipamentos contra danos.

#### Benefícios Esperados

- Qualidade técnica aprimorada: Imagens nítidas, áudio claro e sem interferências, proporcionando experiências de transmissão mais profissionais e acessíveis.
- Maior flexibilidade e controle operacional: Operadores poderão controlar câmeras remotamente, ajustar áudio com precisão e gerenciar os sistemas com facilidade, melhorando a produtividade e reduzindo a necessidade de múltiplos operadores.
- Redução de riscos técnicos: Com nobreaks apropriados, minimiza-se o risco de falhas técnicas devido a problemas elétricos, garantindo segurança e continuidade dos trabalhos.
- Atualização tecnológica: Equipamentos modernos garantem compatibilidade com as últimas versões de softwares e protocolos de transmissão, assegurando longevidade do investimento.
- Ampliação do alcance e visibilidade: Com qualidade superior de transmissão, as atividades do CREA Alagoas poderão alcançar mais profissionais e público externo, reforçando a imagem institucional.

A modernização dos equipamentos de transmissão do auditório e plenária do CREA Alagoas é uma medida estratégica e necessária para acompanhar as demandas tecnológicas atuais, garantir qualidade, eficiência e segurança nas transmissões e registros audiovisuais, e assegurar que as atividades institucionais sejam realizadas com excelência técnica e profissionalismo.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO

A presente solicitação visa atender conforme tabela seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	<p>1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS</p> <p>1.1. PROCESSADOR</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Arquitetura: x86-64 de última geração.</li><li>• Núcleos (Cores): Mínimo de 16 (dezesesseis) núcleos físicos. Aceita-se arquitetura híbrida (Performance-cores + Efficient-cores).</li><li>• Threads: Mínimo de 24 threads de processamento.</li></ul> <p>Frequência: Clock base mínimo de 2.1 GHz e Frequência Turbo (Max Boost) igual ou superior a 5.0 GHz.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Cache: Smart Cache total (L2+L3) igual ou superior a 30MB.</li><li>• Geração: O processador deve pertencer à família de lançamento mais recente do fabricante ou, no máximo, à geração imediatamente anterior.</li><li>• Refrigeração: Cooler dimensionado para o TDP do processador, garantindo operação em carga máxima sem redução de clock por temperatura (<i>thermal throttling</i>).</li></ul>	7 UNDS	R\$ 17.544,45	R\$ 122.811,15

<ul style="list-style-type: none"> <li>Requisito de Desempenho (Benchmark): O modelo do processador ofertado deve possuir pontuação mínima de 34.000 pontos no índice <i>PassMark CPU Mark</i> (referência: <a href="https://www.cpubenchmark.net/">https://www.cpubenchmark.net/</a>), garantindo equivalência ou superioridade a um Intel Core i7 de 13ª geração.</li> </ul> <p>2.2. MEMÓRIA RAM</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Capacidade: Mínimo de 32 GB (Trinta e dois Gigabytes).</li> <li>Tecnologia: DDR5.</li> <li>Velocidade: Frequência mínima de 5600 MT/s (ou MHz).</li> <li>Configuração: Preferencialmente 2 módulos de 16GB (Dual Channel) para máximo desempenho.</li> <li>Expansibilidade: A placa-mãe deve suportar expansão para até 128GB.</li> </ul> <p>2.3. ARMAZENAMENTO (SISTEMA E DADOS)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Disco 1 (Sistema Operacional/Programas): <ul style="list-style-type: none"> <li>Tipo: SSD M.2 NVMe (Non-Volatile Memory Express).</li> <li>Interface: PCIe 4.0 x4 ou superior.</li> <li>Capacidade: Mínimo de 1 TB.</li> <li>Velocidade de Leitura Sequencial: Mínima de 5.000 MB/s.</li> </ul> </li> <li>Disco 2 (Armazenamento Local/Arquivos): <ul style="list-style-type: none"> <li>Tipo: Disco Rígido (HDD) Mecânico interno de 3.5".</li> <li>Capacidade: Mínimo de 4 TB.</li> <li>Rotação: 7200 RPM.</li> </ul> </li> </ul> <p>Interface: SATA III (6 Gb/s).</p> <p>2.4. PROCESSAMENTO GRÁFICO (VÍDEO)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Placa de vídeo dedicada (Off-board).</li> <li>Memória de Vídeo (VRAM): Mínimo de 8 GB GDDR6 dedicados.</li> <li>Barramento: PCIe x8 ou x16.</li> <li>Tecnologias: Deve possuir núcleos dedicados para <i>Ray Tracing</i> e Inteligência Artificial (Tensor Cores ou equivalente).</li> <li>Conectividade: Suporte a múltiplos monitores (mínimo 3 saídas digitais simultâneas, sendo ao menos 1x HDMI 2.1 e 2x DisplayPort).</li> <li>Compatibilidade de Drivers: Suporte oficial a drivers profissionais (ex: Nvidia Studio ou AMD Pro) e drivers de jogos.</li> <li><i>Referência de mercado (Parâmetro de qualidade): NVIDIA GeForce RTX 4060 8GB ou NVIDIA RTX 2000 Ada Generation.</i></li> </ul>			
---	--	--	--

<p><b>2.5. PLACA-MÃE E CONECTIVIDADE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Chipset compatível com todos os recursos do processador e memórias ofertados, sem limitação de frequência (downclock).</li> <li>• Slot M.2 adicional livre para expansão futura.</li> <li>• Rede cabeada: 1x Porta RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps).</li> <li>• Áudio de alta definição integrado.</li> </ul> <p><b>2.6. GABINETE E FONTE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gabinete: Torre ou Mini-Torre com refrigeração adequada, portas USB frontais (3.x) e conectores de áudio. Montagem facilitada (<i>tool-less</i>).</li> <li>• Fonte de Alimentação: Potência real (Watts) suficiente para suportar a carga máxima de todos os componentes com folga mínima de 30%.</li> <li>• Eficiência Energética: Certificação 80 Plus Bronze ou superior. PFC Ativo.</li> <li>• Cabos de força no padrão brasileiro ABNT NBR 14136.</li> </ul> <p><b>2.7. PERIFÉRICOS</b></p> <p>Teclado: Padrão ABNT2 (Português Brasil com "Ç"), conexão USB, teclas macias e silenciosas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mouse: Óptico, conexão USB, design ergonômico ambidestro ou destro, roda de rolagem (scroll), resolução mínima de 1000 DPI.</li> </ul> <p><b>3. SOFTWARES E LICENCIAMENTO</b></p> <p><b>3.1. SISTEMA OPERACIONAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Microsoft Windows 11 Professional (Pro) 64 bits, em Português do Brasil.</li> <li>• Licença original do tipo OEM (vinculada ao hardware/BIOS) ou OLP, devidamente ativada. Não serão aceitas versões "Home", "Single Language" ou de avaliação.</li> </ul> <p><b>3.2. PACOTE DE ESCRITÓRIO (OFFICE)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipo de Licença: Licença de uso Perpétua (Vitalícia). Não serão aceitas licenças do tipo assinatura mensal/anual (ex: Microsoft 365, Office 365).</li> <li>• Conteúdo Mínimo: Deve incluir os aplicativos instalados localmente: Editor de Textos, Planilha Eletrônica, Editor de Apresentações e Gerenciador de E-mails (Ex: Word, Excel, PowerPoint e Outlook).</li> <li>• Versão: Microsoft Office Home &amp; Business 2021, 2024 ou versão mais recente disponível no momento da</li> </ul>			
---	--	--	--

<p>entrega. A chave de ativação deve ser entregue (cartão ou digital) e vinculada à conta institucional do órgão, se aplicável.</p> <p>4. GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO</p> <p>4.1. PRAZO E MODALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia total de 60 (sessenta) meses para peças e mão de obra.</li> <li>• Modalidade: On-Site (No local de instalação).</li> </ul> <p>4.2. CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO</p> <p>A abertura de chamado deve ser disponibilizada via telefone (0800 ou local) e/ou portal web.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O atendimento técnico no local deve ocorrer até o próximo dia útil (NBD - Next Business Day) ou, no máximo, em até 48 horas úteis após a abertura do chamado para capitais e regiões metropolitanas.</li> <li>• Caso seja necessária a substituição de componentes (HD, SSD, Placa-mãe, Fonte, etc.), a contratada deverá realizar a troca por item novo, de qualidade igual ou superior, sem custo adicional para a contratante.</li> </ul> <p>5. PROCEDIMENTOS DE HOMOLOGAÇÃO E ACEITE TÉCNICO</p> <p>5.1. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A licitante deverá apresentar em sua proposta comercial a Marca e Modelo de cada componente principal ofertado (Processador, Placa-mãe, Memória RAM, SSD, HDD, Placa de Vídeo, Fonte e Gabinete), bem como o link para o site do fabricante (<i>Datasheet</i>) comprovando as especificações.</li> </ul> <p>5.2. MARCAS DE REFERÊNCIA E QUALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para assegurar o padrão de qualidade e a durabilidade exigida pela garantia de 60 meses, serão aceitos equipamentos de fabricantes renomados (ex: Dell, HP, Lenovo) ou equipamentos montados que utilizem componentes de primeira linha reconhecidos mundialmente.</li> <li>• <i>Exemplos de marcas de componentes aceitáveis para máquinas montadas:</i> Asus, Gigabyte, MSI, Intel, AMD, Kingston, Corsair, Samsung, Western Digital, Seagate, Nvidia, entre outras de renome similar.</li> <li>• Não serão aceitos componentes de marcas genéricas ("White label") sem datasheet público e suporte verificado.</li> </ul> <p>5.3. VALIDAÇÃO</p>			
---	--	--	--



	O órgão licitante reserva-se o direito de solicitar a apresentação de <i>benchmark</i> ou laudo técnico comprovando que o equipamento atinge a pontuação mínima exigida no item 2.1 antes da adjudicação.			
02	<p>MONITOR: ESPECIFICAÇÃO: ITEM: MONITOR DE VÍDEO LED 23.8" PROFISSIONAL ERGONÔMICO</p> <p>1. CARACTERÍSTICAS DA TELA</p> <p>Tamanho: Diagonal visual mínima de 23.8 polegadas.</p> <p>Tecnologia do Pannel: Tipo IPS (In-Plane Switching) ou superior (PLS/AH-IPS). Justificativa: Tecnologia essencial para garantir fidelidade de cores (sRGB) e ângulos de visão de 178º, necessários para o trabalho gráfico suportado pela workstation.</p> <p>Resolução: Nativa Full HD (1920 x 1080 pixels) a 60Hz (mínimo). Aceita-se resoluções superiores (ex: 1920x1200 ou 2560x1440).</p> <p>Proporção de Tela: Widescreen 16:9. Brilho: Mínimo de 250 cd/m² (nits). Contraste: Estático mínimo de 1.000:1.</p> <p>Tempo de Resposta: Máximo de 8ms (modo normal) ou 5ms (modo rápido).</p> <p>Revestimento: Tela com tratamento Anti-reflexo (Anti-glare) e rigidez 3H.</p> <p>Tecnologias de Proteção Ocular: Deve possuir filtro de luz azul (Low Blue Light) e tecnologia sem cintilação (Flicker-Free) para conforto visual em longas jornadas.</p> <p>2. ERGONOMIA E DESIGN (COMPLIANCE NR-17)</p> <p>Base/Suporte: O monitor deve possuir base original com ajustes mecânicos que permitam a adequação ergonômica ao usuário sem uso de ferramentas:</p> <p>Ajuste de Altura: Curso mínimo de 100mm. Inclinação (Tilt): Ajuste de ângulo vertical. Rotação (Swivel): Giro horizontal da base.</p> <p>Pivô (Pivot): Rotação da tela em 90º (modo retrato/paisagem) - Recomendado para leitura de códigos e documentos longos.</p> <p>Furação VESA: Compatibilidade com padrão VESA (100x100mm) para fixação em suportes articulados de parede ou mesa, caso a base seja removida.</p> <p>Bordas: Design com bordas finas (Thin Bezel) em pelo menos três lados, facilitando o uso de múltiplos monitores lado a</p>	08 UNDS	R\$ 778,33	R\$6.226,61

<p>lado.</p> <p><b>3. CONECTIVIDADE</b>  <b>Interfaces de Vídeo:</b>  1x DisplayPort (versão 1.2 ou superior) – Essencial para conexão com a Workstation solicitada.  1x HDMI (versão 1.4 ou superior).</p> <p>(Opcional: Porta VGA/D-Sub legada).</p> <p><b>Cabos:</b> O equipamento deve ser fornecido acompanhado de cabo de força (padrão ABNT NBR 14136) e, obrigatoriamente, de 01 (um) cabo DisplayPort ou HDMI de alta qualidade.</p> <p><b>Organização:</b> A base deve possuir sistema de gerenciamento/passagem de cabos.</p> <p><b>4. ENERGIA E CERTIFICAÇÕES</b></p> <p><b>Fonte de Alimentação:</b> Interna ou externa, compatível com tensão 100~240V (Bivolt automático).</p> <p><b>Eficiência:</b> Certificação Energy Star ou classificação Procel de eficiência energética.</p> <p><b>Conformidade:</b> Certificações RoHS (restrição de substâncias perigosas) e EPEAT.</p> <p><b>5. GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO</b></p> <p><b>Vigência:</b> Garantia total de 60 (sessenta) meses (5 anos).  <b>Modalidade:</b> On-Site (no local) ou Advanced Exchange (Troca Avançada), onde o fabricante envia um monitor substituto antes de recolher o defeituoso, minimizando o tempo de inatividade do servidor público.  <b>Pixel Morto:</b> Política de garantia que cubra defeitos de "Bright Pixel" (pixel aceso) conforme padrão de qualidade do fabricante.</p> <p><b>6. MARCAS DE REFERÊNCIA</b></p> <p>Para garantir a durabilidade, a ergonomia da base e a garantia estendida de 5 anos, sugerem-se as linhas corporativas/profissionais de fabricantes como:</p> <p>Dell (Linha P - Professional ou UltraSharp) HP (Linha EliteDisplay ou Z Display) Lenovo (Linha ThinkVision) Samsung (Linhas Business Profissional) LG (Linhas Business com base ajustável)</p> <p>Ou equivalente técnico que comprove atender aos requisitos de painel IPS, base ergonômica completa e garantia de 60</p>			
---	--	--	--

	meses.			
04	<p><b>KIT CÂMERA ROBÓTICA PTZ 4K + CONTROLADORA</b>  <b>(CADA KIT COMPOSTO POR 3 CÂMERAS + 1 CONTROLADORA)</b></p> <p><b>1. DESCRIÇÃO DO OBJETO</b>  Aquisição de Câmera Robótica PTZ (Pan-Tilt-Zoom) de resolução 4K, destinada à transmissão de eventos, videoconferências, cultos e produção de conteúdo multimídia, com operação motorizada silenciosa e suporte a múltiplos protocolos de streaming.</p> <p><b>2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</b></p> <p><b>2.1. SISTEMA ÓPTICO E SENSOR DE IMAGEM</b>  Sensor de Imagem: CMOS de 1/2.5" ou 1/2.8" de alta sensibilidade (Tipo Sony Exmor R ou equivalente), com resolução efetiva mínima de 8.29 Megapixels.  Resolução de Saída: Suporte nativo a Ultra HD 4K (3840 x 2160) a 30fps e Full HD (1920 x 1080) a 60fps.  Zoom Óptico: Mínimo de 12x (doze vezes) sem perda de qualidade.  Lente: Deve possuir amplo ângulo de visão horizontal (Wide Angle) inicial de no mínimo 70°, ideal para enquadramento de mesas de podcast ou altares próximos.  Performance em Baixa Luz: Relação Sinal/Ruído (SNR) superior a 55dB, garantindo imagem limpa em ambientes com iluminação controlada.</p> <p><b>2.2. CONECTIVIDADE E INTERFACES</b></p> <p>Saídas de Vídeo Simultâneas: O equipamento deve permitir o uso simultâneo das saídas:  1x HDMI 1.4/2.0: Para conexão direta com monitores ou mesas de corte.  1x USB 3.0 (Tipo B ou C): Para conexão "Plug and Play" com PC (funcionamento como Webcam para Zoom, Teams, Meet e OBS).  1x Rede RJ-45 (LAN): Porta Gigabit Ethernet. Recursos de Rede (RJ-45):  Suporte a PoE (Power over Ethernet): Alimentação elétrica e dados pelo mesmo cabo de rede.  Protocolos de Streaming: RTMP/RTMPS (para live direta no YouTube/Facebook) e RTSP.  Suporte a NDI HX: Compatibilidade com protocolo NDI (Network Device Interface) para baixa latência em rede local.</p> <p><b>2.3. MOVIMENTAÇÃO E CONTROLE</b>  Movimento Pan (Horizontal): Mínimo de <math>\pm 170^\circ</math>. Movimento Tilt (Vertical): Mínimo de <math>-30^\circ</math> a <math>+90^\circ</math>. Presets: Capacidade de memorizar no mínimo 255 posições de cena (presets), acionáveis via controle remoto ou mesa controladora.</p> <p><b>3. ACESSÓRIOS INCLUSOS</b></p>	04 KITS	R\$31.055,00	R\$124.220,00

<p>O item deve ser entregue acompanhado de:</p> <p>01 (Um) Controle Remoto IR (Infravermelho) de mão. 01 (Uma) Fonte de alimentação Bivolt.</p> <p>01 (Um) Cabo USB 3.0 de alta qualidade.</p> <p>01 (Um) Suporte de fixação versátil (compatível com Parede ou Teto), com parafusos e buchas.</p> <p><b>4. GARANTIA E SUPORTE</b>  Vigência: Garantia total de 12 (doze) meses. Modalidade: On-Site ou Balcão com frete reverso pago pela contratada.  Suporte: Suporte técnico para configuração inicial (IP, integração com OBS/vMix).</p> <p><b>5. MARCAS DE REFERÊNCIA</b>  PTZOptics (Linha Move 4K ou Gen2), Datavideo (Série PTC), Minrray, Dorn (Ref: Dorn 12XU 4K), Avonic ou Marshall.  Nota: Não serão aceitas câmeras de segurança (CCTV) adaptadas ou webcams sem zoom óptico real.  MESA CONTROLADORA (JOYSTICK PTZ)</p> <p><b>1. DESCRIÇÃO DO OBJETO</b>  Aquisição de Mesa Controladora (Joystick) para câmeras robóticas, com suporte a protocolo IP. Este equipamento deve, obrigatoriamente, ser do mesmo fabricante (marca) da Câmera Robótica PTZ ofertada no Item 3, visando garantir a total integridade da comunicação, padronização do parque tecnológico e centralização do suporte técnico.</p> <p><b>2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</b></p> <p>Interface de Controle: Joystick físico de 4 Eixos (4D) – permitindo controle simultâneo de Pan, Tilt, Zoom e Foco (via rotação do joystick ou botão dedicado).</p> <p>Visor: Tela LCD ou LED integrada para visualização de status, IP da câmera selecionada e menus de configuração.</p> <p>Protocolos de Comunicação: Compatibilidade nativa com VISCA, VISCA-over-IP, Pelco-D e Pelco-P. Conexões:</p> <p>Porta de Rede RJ-45: Para controle via IP. Porta Serial: RS-232 ou RS-422 (para controle legado).</p> <p>Alimentação: Suporte a PoE (Power over Ethernet), eliminando a necessidade de fonte externa se ligada a um switch PoE.</p> <p>Capacidade: Controle de até 255 câmeras na mesma rede.</p> <p>Compatibilidade e Marca: O modelo ofertado deve ser 100% compatível com as câmeras do Item 3, sendo da mesma linha de produção ou marca, assegurando o funcionamento de todos os atalhos e presets sem conflitos de protocolo.</p> <p><b>3. ACESSÓRIOS INCLUSOS</b>  O item deve ser entregue acompanhado de:</p> <p>01 (Uma) Fonte de alimentação Bivolt (caso não seja utilizado PoE).</p>			
--	--	--	--

	<p>Manual de instruções.</p> <p>4. GARANTIA E SUPORTE</p> <p>Vigência: Garantia total de 12 (doze) meses. Modalidade: On-Site ou Balcão com frete reverso pago pela contratada.</p> <p>5. MARCAS DE REFERÊNCIA</p> <p>Deve seguir a mesma marca ofertada para o Item 1 (Ex: Se a câmera for PTZOptics, a mesa deve ser PTZOptics; Se for Dorn, a mesa deve ser Dorn, e assim sucessivamente).</p>			
05	<p>NOBREAK</p> <p>Topologia: Senoidal puro, online de dupla conversão.</p> <p>Potência Nominal: Mínimo de 2000VA / 1800W reais</p> <p>Formato de onda: Senoidal pura na saída (bateria e rede)</p> <p>Autonomia mínima: 5 minutos com carga de 600W (expansível com baterias externas, se aplicável);</p> <p>Tensão de Entrada: 220V</p> <p>Tensão de saída: 220V</p> <p>Estabilização de tensão: Inclusa (correção de subtensão e sobretensão);</p> <p>Bateria: Interna, recarregável, selada, chumbo-ácida, livre de manutenção;</p> <p>Tempo de carga: 12 horas para 90% da capacidade;</p> <p>Número de tomadas: Mínimo de 6 tomadas, sendo padrão NBR 14136 (10A ou 20A)</p> <p>Tipo de tomada: Deve conter ao menos 2 tomadas de 20A;</p> <p>Fator de Potência: <math>\geq 0,9</math></p> <p>Display Informativo: Painel LED ou LCD, com status da carga, bateria, tensão e falhas;</p> <p>Alarmes sonoros: Para indicação de falha, carga crítica e modo de bateria;</p> <p>Porta de comunicação: USB ou RS232 (com software de monitoramento compatível com SNMP)</p> <p>Proteções: Contra curto-circuito, sobrecarga, surtos, descarga profunda e sobretensão;</p> <p>Disjuntor de proteção: Integrado</p> <p>Compatibilidade PFC: Totalmente compatível com PFC ativas (computadores modernos);</p> <p>Normas técnicas: ABNT e INMETRO;</p> <p>Garantia mínima: 12 meses (com assistência autorizada no Brasil)</p>	04 UNDS	R\$2.507,79	R\$10.031,15
06	<p>MESA DE SOM DIGITAL: ESPECIFICAÇÃO:</p> <p>Número de canais 12 canais de entrada de áudio</p> <p>Entradas de microfone 12 entradas XLR balanceadas com pré-amplificadores de alta qualidade, com ganho ajustável e phantom power</p>	02 UNDS	R\$3.785,38	R\$7.570,76



	(+48V) em pelo menos 8 canais			
Entradas de linha	Compatibilidade para sinais de nível de linha em entradas combinadas (XLR/TRS)			
Qualidade de áudio	Resolução mínima de 24 bits / 48 kHz (ou superior)			
Processamento de sinal	Equalizador paramétrico ou semi-paramétrico por canal, compressor, gate e efeitos básicos integrados (reverb, delay)			
Saídas	Saída principal stereo XLR, saídas auxiliares para monitores e gravação, pelo menos 2 saídas de fone de ouvido			
Conectividade digital	Porta USB para gravação/playback multicanal em computador; interface áudio compatível com ASIO/Core Audio			
Interface de controle	Tela touch ou display digital com botões e faders motorizados para mixagem precisa			
Memória e cenas	Capacidade para salvar e recall de presets, cenas e configurações de mixagem			
Dimensões	Compacta, adequada para montagem em rack ou uso em estúdio ou ao vivo			
Alimentação	Fonte de alimentação interna ou externa com estabilidade e proteção contra surtos.			
Construção	Chassi metálico resistente, botões e faders de qualidade profissional.			
Compatibilidade	Compatível com softwares populares de streaming e gravação (OBS Studio52, vMix, Zoom, Teams, etc.)			

	Extras recomendados	Entradas para fontes digitais AES/EBU ou ADAT, MIDI In/Out, controle remoto via aplicativo (opcional)			
	Garantia mínima	12 meses			
TOTAL GERAL					R\$ 270.859,71

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos elencados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### 4.2 Subcontratação

4.2.1 É vedada a Subcontratação do objeto contratual, seja no todo ou em partes.

### 4.3 Da vistoria

4.3.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### 4.4 Da Qualificação

4.4.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como: SICAF e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

4.4.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.4.3 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.4.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

4.4.5 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

4.4.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos ou por certidões de regularidade das fazendas municipal, estadual e federal.

4.4.7 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

4.4.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

4.4.9 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.4.10 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme disposto neste Termo.

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 O Conselho poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

5.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

5.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

5.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

5.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

5.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

5.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

5.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

5.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

6.1 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios e verificação dos dados e valores dos relatórios da execução contratual com os dados e valores das notas fiscais.

### **Recebimento do Objeto**

6.2 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.5 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

6.6 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.8 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Forma de Entrega do Objeto**



6.10 O objeto deverá ser entregue com todos os lacres e selos do fabricante intactos. Os itens serão verificados individualmente no ato da entrega quanto à avarias causadas por dano mecânico resultante do processo de transporte entre a sede da CONTRATADA e da CONTRATANTE.

6.11 Os itens deverão ser entregues em suas embalagens originais, invioladas e lacradas.

6.12 Os itens que porventura sejam identificados como avariados/fora da especificação, não serão recebidos, ficando a contratante obrigada a substituir o item avariado em até 15 dias úteis.

6.13 Os itens que, posteriormente, apresentarem defeito quanto ao funcionamento em até 15 dias corridos depois do recebimento do objeto, serão informados à CONTRATADA (onde o ônus da troca/correção deverá ser suportado pela CONTRATADA) e terá um prazo de 10 dias úteis para a sua substituição.

### **Liquidação**

6.14 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.15 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

6.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.17 o prazo de validade;

6.18 a data da emissão;

6.19 os dados do contrato e do órgão contratante;

6.20 o período respectivo de execução do contrato;

6.21 o valor a pagar;

6.22 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.23 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.24 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.25 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.26 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.27 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.28 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.29 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

6.30 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.31 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Licitante Vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados pró rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela a ser paga.**

**I = Índice de atualização financeira = 0,000164384,  
assim apurado:**

$$I = (TX/100)$$

$$365 I = (6/100) \quad 365$$

$$I = 0,000164384$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%. \quad 1$$

6.32 A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

### **Forma de pagamento**

6.33 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.34 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.35 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.36 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.37 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

6.38 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### **Exigências de habilitação**

#### **Habilitação Jurídica**

7.2 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.3 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.4 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.5 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.6 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.7 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.9 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil

das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.12 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.13 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.14 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.15 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.16 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.17 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.18 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.19 Certificado ou comprovação de que o Licitante não está inscrito no CADIN.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

7.20 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.21 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.22 Certidão Negativa de Impedimento de Licitar e Impedimentos junto ao TCU, para cadastros de Licitantes Inidôneos e suspensões.

### **Qualificação Técnica**

7.23 Comprovação de aptidão, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.24 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- Dados gerais do Contratante;
- Assinatura do Contratante, manual ou digital;
- Detalhamento do item fornecido para fins de conferência de compatibilidade;
- Quantidade do(s) Item(s) fornecidos;
- Data da contratação

7.25 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.26 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.27 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

7.28 Não será admitida a participação de Cooperativas no certame.

## **8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- i. Nomear o Gestor e Fiscais do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- ii. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- iii. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- iv. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando aplicável;
- v. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos estabelecidos em contrato;
- vi. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução;

8.2 São obrigações do CONTRATADO:

8.2.1 Indicar formalmente o preposto apto a representa-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

8.2.2 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

8.2.3 Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, propostos ou empregados, em decorrência



da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

8.2.4 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante;

8.2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

## 9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Crea-AL, no elemento específico de despesa

6.2.2.1.1.02.01.03.006 – Equipamentos de processamento de dados;

Maceió, 06 de Agosto de 2025.

AFRÂNIO BASTOS DE MEDEIROS NETO

GERENTE DE T.I.

**ANEXO II**  
**PLANILHA DE DADOS PARA PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DE OUTROS ATOS**  
**NECESSÁRIOS**

**Dados da Empresa:**

**Razão Social CNPJ**

**Endereço CEP**

**Fones:**

**Fax**

**E-mail**

**Site internet**

**Dados do Representante da Empresa:**

**Nome Cargo**

**Nacionalidade Estado civil Profissão Endereço**

**CEP**

**Fone Fax**

**E-mail**

**Doc. identidade Órgão Expedidor CPF**

**Dados Bancários da Empresa**

**Banco Agência Conta**

**Dados do Contato com a Empresa:**

**Nome Cargo Endereço CEP**

**Fone Fax**

**E-mail**

**Empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL? ( ) Sim ( ) Não**

## ANEXO III

### MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS E xxxxxxxx PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ESTE REGIONAL.

**CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE ALAGOAS – CREA/AL**, Autarquia Federal responsável pela fiscalização do exercício profissional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.156.592/0001-14, com sede na Rua Dr. Osvaldo Sarmiento, nº 22, Farol, Maceió/Alagoas, CEP: 57.051-510, representado pela sua Presidente, Engenheira Civil Rosa Maria Barros Tenório,

**CONTRATADA:** A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, situada na Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXXXX, XXXXXX, XXXXXX, CEP: XXXXXX, Telefone (XX) XXXXXXXX, representada por XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXX e RG nº XXXXXXXX de acordo com a representação legal que lhe é outorgada.

Os **CONTRATANTES** celebram, por força do presente instrumento, a Lei nº. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), o Processo Administrativo nº 2284368/2026, Pregão Eletrônico nº 0xxx/2024, e as demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1** Aquisição de equipamentos de informática para este CREA-AL, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	GLOBAL ESTIMADO
1	COMPUTADORES	7		
2	MONITORES	8		
3	KIT CÂMERAS PTZ	4		
4	NOBREAK	4		
5	MESA DE SOM DIGITAL	2		
TOTAL ESTIMADO				

1.2 O descritivo completo dos itens adquiridos é o contido no Item 3.0 do Termo de Referência.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1 O prazo de Vigência deste Contrato é de 12 (doze meses) contados da sua assinatura, conforme item 14 do Termo de Referência.

2.2 A presente contratação não será renovada, sem prejuízo da garantia do objeto contratado, mencionada no Termo de Referência item 11, onde permanecem as obrigações da contratada enquanto durarem as condições dos termos de garantia.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 O valor total estimado da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx, conforme depreende-se da Ata de Sessão Pública existente no processo administrativo nº xxxx/2025 e deve total observância ao quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	GLOBAL ESTIMADO
1	COMPUTADORES	7		
2	MONITORES	8		
3	KIT CÂMERAS PTZ	4		
4	NOBREAK	4		
5	MESA DE SOM DIGITAL	2		
TOTAL ESTIMADO				

3.2 No valor contratual contido no item 3.1 estão inclusos todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais existentes e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Crea/AL conforme abaixo:

4.2 Elemento de Despesa:

- a. **6.2.2.1.1.02.01.03.006** – Equipamentos de processamento de dados;

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, após o recebimento da nota fiscal atestada pelo Fiscal do Contrato, efetuando a retenção na fonte dos tributos e contribuições, determinada pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota e/ou Fatura relativa aos serviços prestados;

- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- c) CRF – Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

**5.2** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo funcionário competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Termo.

**5.3** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**5.4** As certidões elencadas no subitem 5.1, letras “b” a “d” podem eventualmente serem substituídas pela consulta eletrônica do cadastramento da contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais.

**5.5** A não apresentação dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista não representam óbice para o pagamento das parcelas efetivamente executadas, contudo, em decorrência da não manutenção das condições de habilitação caracterizar-se-á o inadimplemento do contrato conforme estatuído no art. 92 da Lei 14.133/2021.

**5.6** Poderão ocorrer outras retenções ou glosas no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses previstas de descumprimento da execução contratual.

**5.7** O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, boleto bancário ou por outro meio previsto na legislação vigente;

**5.8** Será considerado como data do pagamento o dia em que a ordem bancária, efetivamente, constar como entregue à instituição bancária;

**5.9** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no respectivo contrato com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Alagoas;

**5.10** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Licitante Vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados pró rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; **VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de atualização financeira = 0,000164384, assim apurado:  $I = (TX/100) 365$

$$I = (6/100)$$

$$365 \quad I = 0,000164384$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%.

**5.11** A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.



## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E REAJUSTE**

**6.1** O prazo de vigência do Contratos será de 12 (doze meses) contados da sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

**6.2** O presente contrato é de valor fixo e irrevogável.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1** O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e a fiscalização pela

**7.2** CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1** A Contratante obriga-se a:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo de até 10 dias úteis para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- d) Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- e) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- f) Emitir o empenho na dotação específica;
- g) Atestar as notas emitidas, quando estas refletirem fielmente os serviços prestados
- h) Indicar o fiscal do contrato que será encarregado pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1** A contratada deve executar os serviços em conformidade com a descrição contida no item 3 do Termo de Referência, anexo I do edital, o qual faz parte do presente instrumento contratual e obriga-se ainda a:

- a) Atender as disposições legais e regulamentares, inclusive as orientações determinadas pela CONTRATANTE, pertinentes ao objeto a ser executado, objetivando o fiel cumprimento do contrato, responsabilizando-se pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) Responsabilizar-se por prejuízo causado diretamente ao patrimônio do CREA/AL ou a terceiros por qualquer de seus empregados, representante ou preposto, decorrente de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo;
- c) Responsabilizar-se por todas as obrigações sociais, trabalhistas, encargos previdenciários, inclusive seguro de acidentes de trabalho ou outro necessário, como

também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente ao CREA/AL ou a terceiros, no exercício de sua atividade;

d) Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, licenças e registros nos órgãos públicos Municipais, Estaduais ou Federais que se fizerem necessários, devendo apresentar ao CREA/AL as certidões solicitadas.

e) A Contratada, após formalmente notificada pela CONTRATANTE por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, comprometer-se-á a dentro do prazo de até 10 dias úteis para correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**10.1** Os serviços serão acompanhados e fiscalizados por funcionário especialmente designado pela autoridade competente, que terá seu substituto legal, cabendo-lhes as atribuições e responsabilidades do artigo 117 da Lei nº. 14.133/2021, os quais serão auxiliados, ou não, por empresa terceirizada a ser contratada.

**10.2** Caberá ao Fiscal do contrato:

- a) Verificar a execução do objeto contratual, visando garantir a qualidade desejada;
- b) Atestar e encaminhar as notas fiscais ao setor competente para autorizar os pagamentos;
- c) Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- d) Dar imediata ciência aos seus superiores e ao órgão de controle, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- e) Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato.
- f) Certificar que todos os insumos sejam entregues na forma, prazo, quantidade e qualidade contratados.
- g) Auxiliar a gestão do contrato na aferição dos custos não renováveis por ocasião da renovação dos contratos, bem como nas repactuações do contrato.

**10.3** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura, apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.

**10.4** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas pelo fiscal à autoridade competente, para a adoção das medidas que julgar necessárias.

**10.5** A fiscalização será exercida pelo Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos. Ao Contratante se reserva o direito de rejeitar a execução do objeto contratual prestado, se em desacordo com os termos do edital, o qual é parte integrante do presente instrumento contratual.

## **11. CLÁUSULA ONZE – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou

fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o Artigo 87 da Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

**11.2** Pela inexecução total ou parcial do contrato o CREA/AL deverá, conforme Artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021, garantida a prévia defesa aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia, e a critério da administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto bem como configurar inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

c) impedimento de licitar e contratar com a administração pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 05 (cinco) anos, conforme Parágrafo 5º, Artigo 156 da lei 14.133/2021;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**11.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 16.2 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**11.4** A sanção estabelecida na alínea “d” do subitem 16.2 é de competência exclusiva da Presidente do CREA/AL, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**11.5** O valor das multas será recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Se o valor da multa não for pago, será descontado da nota fiscal, da garantia ou do crédito existente em favor do contratado. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada administrativa e/ou juridicamente.

**11.6** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

**11.7** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa

## **12. CLÁUSULA DOZE – DA RESCISÃO**

**12.1** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, e com as consequências indicadas no art. 155 e 156 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital;

12.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.2** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**12.3** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa.

**12.4** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

### **13. CLÁUSULA TREZE – DAS ALTERAÇÕES**

**13.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **14. CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA QUINZE - PUBLICAÇÃO**

**15.1** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto artigo 176, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **16. CLÁUSULA DEZESSEIS – FORO**

**16.1** As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Maceió/ Alagoas, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne, para solução de qualquer pendência ou dúvida resultante do presente Contrato

**16.2** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Maceió, ..... de ..... de 2024.

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DO CREA/AL

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## TESTEMUNHAS